



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33

Ata da **Sessão Ordinária** do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Ministério Público  
do Estado do Maranhão, realizada no dia **vinte**  
**e cinco** de **abril** de **dois mil e dezanove**, às  
**dez horas**.

1 – **Local e data:** Procuradoria Geral de Justiça, aos vinte e cinco dias do mês de abril de  
dois mil e dezanove, às dez horas. //

2 – **Presidência:** *Francisco das Chagas Barros de Sousa*, Procurador-Geral de Justiça em  
exercício. //

3 – **Procuradores de Justiça presentes:** *José Antonio Oliveira Bents, Regina Lúcia de Almeida Rocha, Iracy Martins Figueiredo Aguiar, Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes, Lúcia Maria da Silva Cavalcanti, Krishnamurti Lopes Mendes França, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, José Henrique Marques Moreira, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Clodenilza Ribeiro Ferreira, Flávia Tereza de Viveiros Vieira, Paulo Roberto Saldanha Ribeiro, Teodoro Peres Neto, Marco Antonio Anchieta Guerreiro, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Sâmara Ascar Sauaia, Maria Luíza Ribeiro Martins, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, Eduardo Daniel Pereira Filho, Carlos Jorge Avelar Silva e Lize de Maria Brandão de Sá Costa.*  
Ausências justificadas nos termos da certidão emitida pela Coordenadoria de  
Recebimento e Distribuição de Processos, no dia 25 de abril de 2019, das Procuradoras  
de Justiça Dras. *Regina Maria da Costa Leite, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro e Themis Maria Pacheco de Carvalho* que estão representando o Ministério Público nas  
sessões do Tribunal de Justiça, e as Procuradoras de Justiça Dras.: *Mariléa Campos dos Santos Costa, Maria dos Remédios Figueiredo Serra e Selene Coelho de Lacerda* que  
estão de férias ou licença, assim como o Procurador-Geral de Justiça Dr. *Luiz Gonzaga Martins Coelho* que se encontra participando do Encontro Regionais do Ministério  
Público, assim como o Procurador de Justiça Dr. *Eduardo Jorge Hiluy Nicolau* que está  
com problema de saúde e se encontra em São Paulo/SP, e a Procuradora de Justiça Dra. *Rita de Cassia Maia Baptista* que está retornando de uma reunião em Brasília. Abertos  
os trabalhos pelo Senhor Presidente foi constatado o *quorum* legal, nos termos do artigo  
12 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público. //



1 **1 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DAS SESSÃO DO DIA 28/02, 28/03 e**  
2 **15/04/2019.** Aprovadas, por unanimidade, sem ressalvas.

3 **2 – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA**

4 O Senhor Presidente informou que o Procurador-Geral de Justiça está participando dos  
5 Encontros Regionais do Ministério Público na região tocantina, assim como lançamento  
6 de projetos institucionais. //

7 - O Senhor Presidente informou da visita ao Centro de Monitoramento das tornozeleiras  
8 eletrônica de alguns membros, como resultado de uma reunião realizada como os  
9 Procuradores de Justiça que atuam nas turmas criminais. //

10 **3 – PROCESSOS PARA APRECIÇÃO/JULGAMENTO**

11 **3.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8866/2018.** Origem: Procuradoria Geral de  
12 Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Política e Normas  
13 Administrativas > Planejamento Estratégico: Resolução a ser aprovada pelo Colégio de  
14 Procuradores, com priorização de demanda. Relatora: Procuradora de Justiça Dra. Lize  
15 de Maria Brandão de Sá Costa. Anunciado o processo pelo Senhor Presidente foi  
16 concedida a palavra a Procuradora de Justiça relatora Dra. Lize de Maria Brandão de Sá  
17 Costa que procedeu a leitura do voto, manifestando-se pelo acolhimento da minuta da  
18 Resolução n° \_\_\_/2019 estabelece critérios para a atuação prioritária dos Promotores de  
19 Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público nos casos de  
20 maior relevância e com maior potencial de obtenção de retorno para o erário e para a  
21 sociedade, bem como a não atuação justificada em matérias de menor relevância, em  
22 todos os seus termos, sem prejuízo de possíveis modificações deste Colégio de  
23 Procuradores de Justiça. Em seguida o Senhor Presidente pôs em discussão a matéria,  
24 tendo os Procuradores de Justiça Drs. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Maria de  
25 Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, José Henrique Marques Moreira, Eduardo Daniel  
26 Pereira Filho, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes e  
27 Carlos Jorge Avelar Silva se manifestaram acerca da matéria. O Procurador de Justiça Dr.  
28 José Antonio Oliveira Bents sugeriu a retirada de pauta da matéria, sem prejudicar a  
29 relatoria da Procuradora de Justiça Dra. Lize, para que juntamente com o Promotor de  
30 Justiça Dr. Cláudio Rebelo Correa Alencar, Coordenador do CAOp da Probidade  
31 Administrativa, e Dr. José Henrique Marques Moreira que conhecem a matéria, se  
32 reunissem para melhorar a redação final da resolução. Após as discussões a Procuradora  
33 de Justiça relatora Dra. Lize de Maria Brandão de Sá Costa concordou com a retirada de



1 pauta da matéria para estudo e análise pela comissão constituída pela Procuradora de  
2 Justiça relatora Dra. Lize de Maria Brandão de Sá Costa, os Procuradores de Justiça Drs.  
3 José Henrique Marques Moreira e Francisco das Chagas Barros de Sousa e o Promotor  
4 de Justiça Dr. Cláudio Rebelo Correa Alencar, Coordenador do Centro de Apoio  
5 Operacional da Probidade Administrativa. //

6 O Procurador de Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho propôs que seja pautado  
7 na próxima sessão ordinária a criação de uma comissão no âmbito do Colégio de  
8 Procuradores de Justiça, que possa constar no Regimento Interno, para o exame imediato  
9 dessas matérias de normatização de atribuições de membros do Ministério Público, que  
10 passe primeiro por essa Comissão e que os integrantes fiquem isentos de receber outros  
11 processos, antes de ser distribuído ao Procurador de Justiça relator, e que a  
12 regulamentação possa ser feita a posteriori. //

13 A Procuradora de Justiça Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins manifestou-se discordando  
14 da proposta do Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, por ferir o direito do relator de  
15 manifestar o seu juízo de valor. //

16 O Procurador de Justiça Dr. Carlos Jorge Avelar Silva manifestou-se lembrando que essa  
17 matéria foi rejeitada quando da votação do Regimento Interno do Colégio de  
18 Procuradores de Justiça, mas que nada impede de que possa voltar como aditivo para  
19 discussão, tendo em vista que é o relator da matéria. //

20 **3.2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3941/2018.** Origem: Procuradoria Geral de  
21 Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Política e Normas  
22 Administrativas > Planejamento Estratégico: Alteração das normas internas que exigem  
23 registro de livros, visando atuação mais eficiente e organizada. Relatora: Procuradora de  
24 Justiça Dra. Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes. Anunciado o processo pelo Senhor  
25 Presidente foi concedida a palavra a Procuradora de Justiça relatora Dra. Ana Lúcia de  
26 Mello e Silva Moraes que procedeu a leitura do voto, manifestando-se pelo acolhimento  
27 do pedido para que seja efetivada alteração da Resolução nº 10/2009-CPMP, nos termos  
28 da mencionada redação proposta. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão  
29 e votação, sendo aprovada, por unanimidade, a alteração da relação nos termos do voto  
30 da Procuradora de Justiça relatora Dra. Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes. //

31 **3.3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2675/2019.** Origem: Procuradoria Geral de  
32 Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Gestão Política e  
33 Administrativa > Acompanhamento de feitos judiciais/administrativos: Minuta de

